



## ORPHEU EM PESSOA

O centenário da revista *Orpheu* permitiu-nos visitar, neste ano de 2015, a história de uma publicação de apenas dois números, formada por jovens rapazes. Não obstante a sua brevidade, *Orpheu*, fez com que a literatura escrita em português, e nomeadamente a poesia portuguesa, não mais voltasse a ser a mesma.

Essa e outras questões, sobre uma geração que teve como centro constelar o poeta Fernando Pessoa, são tratadas neste livro que é uma reunião de alguns trabalhos apresentados ao SIMPÓSIO INTERNACIONAL 100 ANOS DA REVISTA *ORPHEU*: FERNANDO PESSOA E AS POÉTICAS DA MODERNIDADE.

São ao todo dez autores que apresentam diferentes enfoques dos temas abordados.

# Um topos pessoano

Sandro Ornellas

Universidade Federal da Bahia

É comum aos comentadores e analistas do modernismo português repetir que a Revista Orpheu, nos seus dois números lançados e no terceiro abortado não contava inicialmente com a direção de Fernando Pessoa e Sá-Carneiro, tendo ficado a direção do primeiro número a cargo de Luiz de Montalvôr e do brasileiro Ronald de Carvalho. Mas a dupla Pessoa e Sá-Carneiro logo teria se destacado, sendo deles a direção do segundo número, lançado, e do terceiro, somente programado. Falo de Orpheu e sua fulminante existência de dois números lançados e um terceiro abortado, assim como a ainda mais fulminante passagem pela sua direção de Pessoa e Sá-Carneiro, como pretexto inicial para comentar o que entendo ser um *topos* do pensamento e obra de Fernando Pessoa e que acho pode nos ensinar algo sobre nosso próprio tempo. Nunca é tarde para reavaliarmos autores-chave, sobretudo aqueles que veem na publicação de uma revista – como Pessoa via – oportunidade para discutir os sentidos de sua época,

para além de uma pragmática autopromoção. O *topos* pessoano a que me refiro é o do “escritor sem livros”, que aqui tratarei como um caminho para introduzir algo da atitude de Pessoa diante do escrever e publicar. Meu lugar aqui é o de quem está junto com todas as mistificações que ao redor de grandes autores são feitas. O nome do autor carrega consigo o imaginário das épocas em que escreveu, publicou, foi esquecido, lido e relido, o que está sem sombra de dúvidas presente na obra e no que circunda o nome próprio “Fernando Pessoa”.

Compreende-se o ato de publicar por parte de um escritor como seu gesto público por definição, gesto que lhe dá existência, visibilidade e a subjetividade que tanto almeja. A existência no campo literário, por parte do escritor, sua legitimação ante seus pares e seus leitores, tem no livro o objeto autorizado a lhe fornecer o *status* de autor. O livro deu à literatura moderna muito da sua aura e noção de autonomia, bem como ao escritor sua soberania criativa. É neste segundo item – que se desdobra do *topos* do “escritor sem livros” – em que me detenho, pois ao partir da percepção de que o livro fornece ao seu autor sua soberania, teríamos em Fernando Pessoa um escritor aparentemente pouco ou nada soberano, dado ter publicado somente um livro em vida (dispensados os libretos em inglês), bem como praticamente nada ter deixado concluído quando da sua morte. Mas para percebermos que – na verdade – Pessoa pertence a uma outra estirpe de escritores soberanos, é preciso sublinhar qual concepção de soberania me interessa aqui. A soberania do sujeito moderno só pode ser compreendida como uma experiência do trágico, pois

é definida como um conhecimento cujo sentido não é a produção de um saber final, objetivo, útil e funcional, mas um saber provisório, frágil, instantâneo e incomunicável (cf.: Bataille, 2012, p. 20). Daí Georges Bataille definir a soberania literária – e particularmente a da poesia – como a comunicação nos limites da incomunicabilidade, isto é, quando “a recusa de comunicar é o meio de comunicar mais hostil, mas o mais potente” (Bataille, 1992, p. 56). Bataille foi contemporâneo de Pessoa e viveu entre 1899 e 1962 e teve na noção de “sujeito soberano” um mote incansável do seu projeto. Ele parece ter perseguido intelectualmente algo cujo entendimento Fernando Pessoa exercitou à maneira de uma ética, pessoal e literária.

Para um escritor se comunicar, é preciso que ele publique o que escreve, fato que pouco se deu ao longo da vida de Pessoa, embora tenha feito parte importante da sua própria literatura. Pedro Sepúlveda estudou a faceta editorialista do poeta em *Os livros de Fernando Pessoa* (2012) e destaca o *Livro do desassossego*, de Bernardo Soares, e *O guardador de rebanhos*, de Alberto Caeiro. O primeiro, o projeto de um livro sem fim, o segundo, o projeto de um livro da vida plena. O primeiro, livro de um ajudante de guarda-livros, o segundo, livro de um guardador de pensamentos, que “são todos sensações”. Um tema ainda pouco estudado no espólio de Pessoa, segundo Sepúlveda, é a presença de um pensamento sobre o livro, visível na enorme quantidade de projetos de livros tocados simultaneamente ao longo da sua vida, vários deles caracterizados por esboços de planos editoriais e prefácios inacabados de antologias

temáticas e dos heterônimos. É certo que Pessoa sempre dialogou com os debates de sua época, mas decidir se lançar publicamente como escritor foi algo que evitou de modo sistemático, apesar de ter tentado como editor, no mal sucedido projeto tipográfico e editorial Íbis. Lembro que sua primeira aparição no ambiente literário português foi como crítico em 1912, e não como poeta.

Observemos um pouco a presença desse pensamento sobre livro e publicação no *Livro do desassossego*. Se lermos um fragmento no qual Bernardo Soares se autorretrata, dizendo “[...] E na mesa do meu quarto sou menos reles, empregado e anônimo, escrevo palavras como a salvação da alma” (Pessoa, 1999, p. 49), a impressão é a de que Soares, ajudante de guarda-livros, não escreve para sua escrita acabar em um livro – como diria Mallarmé – pois como “reles, empregado e anônimo” já o faz profissionalmente ao preencher de notas os livros comerciais para o Moreira, o guarda-livros do escritório onde trabalha. Talvez não haja nada mais próximo do *Livro do desassossego* do que a ideia de uma escrita na fronteira entre dois mundos, entre duas necessidades: a do trabalho cotidiano e a do sonho soberano<sup>1</sup>, afinal afirma Soares que “tudo o que é útil e exterior me sabe a frívolo e trivial ante a soberana e pura grandeza dos meus mais vivos e frequentes so-

---

<sup>1</sup> Robert Bréchon afirma que o modelo da experiência de Bernardo Soares é a insônia e que “Antonio Tabucchi bem viu [que] a obra de Soares é uma espécie de *Livro da Insônia* (1999, p. 478).

nhos” (Pessoa, 1999, p. 71). Mas o dia a dia do trabalho sufoca, expropria, aliena, e Soares sabe disso:

Considerando que eu ganhava pouco, disse-me o outro dia um amigo, sócio de uma firma que é próspera por negócios com todo o Estado: ‘você é explorado, Soares’. Recordou-me isso de que o sou; mas como na vida temos todos que ser explorados, pergunto se valerá menos a pena ser explorado pelo Vasques das fazendas do que pela vaidade, pela glória, pelo despeito, pela inveja ou pelo impossível (Pessoa, 1999, p. 51).

Parece haver aí algo da ordem da recusa em publicar, mas que por isso poderia também sugerir um longínquo desejo de publicação. Pergunto assim se Soares não publica seu livro justamente porque é explorado, como “na vida temos todos que ser”, ou será que publicar um livro para Soares seria tornar-se o contrário de um sujeito soberano, seria tornar-se escravo da vaidade, glória, despeito e inveja a que se refere? Pode um livro escravizar seu autor, ao invés de lhe dar soberania, como afirmei anteriormente? É ainda o próprio Soares quem responde:

O único destino nobre de um escritor que se publica é não ter uma celebridade que mereça. Mas o verdadeiro destino nobre é o do escritor que não se publica. Não digo que não escreva, porque esse não é escritor. Digo do que por natureza escreve, e por condição espiritual não oferece o que escreve. [...] Escrever é objectivar sonhos, é criar um mundo exterior para prêmio [?] evidente da nossa índole de criadores. Publicar é dar esse mundo exterior aos outros; mas para quê, se o mundo exterior comum a nós e a eles é o “mundo exterior” real, o da matéria, o mundo visível e tangível? Que têm os outros com o universo que há em mim? (Pessoa, 1999, p. 215).

Ser um “escritor sem livros”, convenhamos, é uma expressão tipicamente pessoana, daquelas com a qual posso entender muito do seu pensamento sobre escrita, livro e publicação, desde os provocadores projetos na correspondência com Sá-Carneiro à prioridade de uma escrita-sem-livro como forma possível de sonho ante a exploração cotidiana.

Não custa frisar que a soberania desempenhava um importante papel no imaginário europeu de então, enquanto ideal buscado por um moderno espírito de sonho e superação – estética e política. Lembra-nos a crítica norte-americana Marjorie Perloff em seu *O momento futurista* (1993: 47-8), que no período *avant-guerre*, entre 1909 e 1914, encontramos gestos de superação humana como as primeiras expedições bem-sucedidas aos polos norte e sul, o primeiro voo através do Canal da Mancha, o primeiro voo sobre os Alpes, a crescente comunicação à distância no uso de telefones e do telégrafo, a multiplicação de automóveis nas cidades, mas também o primeiro uso de aviões em uma guerra, o *assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando*, herdeiro do Império Austro-Húngaro junto com o de sua esposa, a duquesa Sophie e, no âmbito lusitano, a proclamação da República Portuguesa em 1910 após o regicídio de 1908<sup>2</sup>. Desse modo, tanto cultural quanto politicamente

---

<sup>2</sup> Assassinato do rei Carlos I de Portugal e de seu herdeiro, o príncipe D. Luis Felipe de Bragança. Mas se recuarmos mais no tempo, houve uma série de outros gestos de superação que se davam desde o século anterior, além de marcos técnicos como o voo do *14 Bis* de Santos Dumont, a construção da ferrovia Transiberiana, da Torre Eiffel e dos canais do Suez e do Panamá.

te, o sujeito do modernismo buscava estabelecer consi-  
go, com os outros e com o mundo uma relação de con-  
quista que trouxe tanto prodigiosas criações artísticas e  
técnicas quanto nefastos pesadelos políticos. Não es-  
queçamos que a palavra “vanguarda” tem origem mili-  
tar. Na “Ode marítima” de Álvaro de Campos, por  
exemplo, flagramos essa ambivalente atmosfera de so-  
nho-e-pesadelo na famosa cena da pirataria, com sua  
orgia levando a cumes de gozo e assassinio, que toda a  
Europa viria a experimentar em duas ferozes guerras,  
na reafirmação de impérios coloniais e em genocídios  
totalitários: soberania e vida nua, lei e exceção, nas pa-  
lavras de Giorgio Agamben (2010). No caso do pensa-  
mento de Pessoa isso pode ser entendido também pelo  
*topos* paradoxal do “escritor sem livros”. A experiência  
do poeta como um “escritor sem livros” é sintomática  
da sensibilidade trágica daquele período, porque resta a  
ele sonhar soberanamente seus próprios livros  
inexistentes, fazendo do meio de comunicação por ex-  
celência da literatura moderna (o livro) signo da impos-  
sibilidade do escritor ser senhor do seu próprio meio e  
de si próprio. Sua potência em sonhar criativamente traz  
também sua impotência em se comunicar livremente.

No importante trabalho de Sepúlveda, eu diria que  
– entre o infinito livro do desassossego e o livro da vida  
total do mestre heteronímico – falta, todavia, um em  
especial, um livro que traz em seu bojo um importante  
lado da soberania pessoana que aqui persigo. Refiro-  
me a *Mensagem*, único livro que conseguiu deixar de ser

projeto para se realizar e vir a público. Não comentarei o hipotético plano do livro, lançado em 1934, mas que parece ter sido gestado desde pelo menos sua estreia como crítico em 1912 com o *Supra-Camões*. Também não avançarei aqui sobre as circunstâncias da pressão de amigos, nem em sua complexa estruturação. Interessame um sentido muito discreto de soberania ali conjugado, e que não está do lado de tantos nomes e feitos de reis, rainhas, príncipes, nobres, navegadores e mitos portugueses.

Começo olhando para a segunda seção, intitulada “Castelos”, da primeira parte do livro, “Brasão”. Nela, Pessoa numera seus poemas sétimo e oitavo como “Sétimo I” e “Sétimo II”, para manter intacta a escolha do Brasão português como modelo alegórico da primeira parte do livro. No Brasão existem sete castelos desenhados. É certo que Pessoa sentiu a necessidade de colocar um poema a mais, onde deveriam ser sete, quebrando o modelo. Sem me estender, podemos afirmar que dos perfis ali interpretados literariamente, o poema dedicado a D. Dinis é o que excede a lógica da seção, pois não pertence nem às lendas peninsulares fundadoras de uma ideia de portugalidade (nos poemas “Ulisses” e “Viriato”), nem aos núcleos familiares das duas dinastias que governaram o país até 1580: os Borgonha (nos poemas “Conde D. Henriques”, “D. Tareja” e “D. Afonso Henriques”) e os Aviz (nos poemas “D. Pedro, o primeiro” e “D. Filipa de Lencastre”). Excede essa equação de mitos e núcleos de famílias reais, portanto, o poema “D. Dinis”. Membro da Dinastia de Borgonha,

foi apenas o sexto rei do país, reinando por 46 anos, o que nos leva a perguntar porque que Pessoa o terá inserido em tão homogêneo grupo de pais e mães da nação? Leiamos o poema:

*Na noite escreve um seu Cantar de Amigo  
O plantador de naus a haver,  
E ouve um silêncio múrmuro consigo:  
É o rumor dos pinhais que, como um trigo  
De Império, ondulam sem se poder ver.*

*Arroio, esse cantar, jovem e puro,  
Busca o oceano por achar;  
E a fala dos pinhais, marulho obscuro,  
É o som presente desse mar futuro,  
É a voz da terra ansiando pelo mar.*  
(Pessoa, 1997, p. 22)

A ação do de D. Dinis concentrar-se-ia na sua ligação soberana com as letras portuguesas. Foi com D. Dinis que Portugal definiu as suas fronteiras, em 1297, fronteiras estáveis até hoje, mas também foi com ele que o latim foi substituído em atos e processos oficiais pela língua vulgar, o galaico-português, bem como foi ele quem criou a Universidade de Coimbra e incentivou os trovadores a produzirem as Cantigas de Amigo ibéricas, em contraposição à moda provençal das Cantigas de Amor. Em suma, podemos dizer que D. Dinis foi um amigo do saber, da língua e das artes. Mas restam ainda dois traços seus que são justamente os que Pessoa escolhe para cantar e incluir o rei entre o grupo

de notáveis antes listados: 1) D. Dinis também recebeu o epíteto de “o lavrador”, pois foi quem plantou na região de Leiria os pinhais que mais de 100 anos depois dariam a madeira para a construção das naus com as quais Portugal cruzaria os mares e se tornaria poderoso e lembrado Império; 2) D. Dinis foi o rei-trovador, autor de pelo menos 138 cantigas que chegariam até nossos dias. Percebemos, portanto, no poema um D. Dinis interpretado como criador do futuro Império marítimo português, “o plantador de naus a haver”, Império advindo – no poema – da condição de rei-trovador, que canta, toca e anuncia como um “arroio”, na “*fala dos pinhais*”, no “*som presente*” e na “*voz da terra*” o “oceano por achar” e o “mar futuro” (grifos nossos). Não é, portanto, como rei que D. Dinis é inserido na seção “Castelos” de *Mensagem*, mas como trovador, poeta e profeta do Império marítimo porvir. D. Dinis seria, portanto, em *Mensagem* o fundador das letras portuguesas, um fundador que não publicou livros, mas que muito ajudou as letras que chegariam ao início do século XX e ao próprio Fernando Pessoa.

Mais adiante no livro, em “Avisos”, segunda seção da terceira parte, intitulada “O encoberto” e totalmente dedicada ao mito do retorno do rei D. Sebastião, Pessoa listará dois famosos intérpretes da tradição sebastianista: o sapateiro de Trancoso, Gonçalo Annes Bandarra, e o padre António Vieira. O primeiro viveu quase toda sua vida antes de D. Sebastião e escreveu um conjunto de trovas de teor messiânico que – publicadas só após a morte do rei – foram imediata-

mente associadas a ele. A Bandarra Pessoa nomeou no poema: “Confuso como o universo / E plebeu como Jesus Cristo” (Pessoa, 1997, p. 75). O segundo viveu na época de formulação do sebastianismo e foi um dos seus maiores ideólogos e defensor da independência política do país, sob o domínio dos reis espanhóis até 1640. Dele Pessoa disse “[...] que teve a fama e à glória tem,/ Imperador da língua portuguesa” (Pessoa, 1997, p. 76). Notemos: o primeiro é retratado no poema como “anônimo”, “confuso” e “plebeu”, o segundo, com “glória” e “fama”, é nomeado “Imperador”. Ou seja, o mais baixo e o mais alto da pirâmide social, o poder popular e o poder aristocrático. Ambos representariam para Pessoa emergências do sebastianismo ao longo da história, ligando o mito à constituição cultural, política e social do país, tanto no seu alto quanto no seu baixo escalão. Falta, todavia, citar o terceiro poema de “Avisos”, o único dos 44 poemas do livro que não possui título, mas em que reconhecidamente Pessoa intitula a si mesmo o mais novo intérprete do sebastianismo. Nesse poema, Pessoa figura-se como poeta, pois sua autorreferência diz respeito ao próprio livro de poemas onde consta seu texto, como se lê desde seu primeiro verso, em primeira pessoa do singular: “Screvo meu livro à beira-mágoa”. Sublinho que D. Sebastião nesse poema – assim como em todo o livro – é o sonho transbordante da escrita do poeta, que conclui o poema perguntando: “Ah, quando quiserás voltando / Fazer minha esperança amor? / Da névoa e da saudade quando? / Quando, meu Sonho e meu Senhor?” (Pessoa, 1997, p. 77).

D. Dinis e Pessoa, portanto, são os dois únicos poetas que figuram ao lado dos demais personagens de *Mensagem*. É como se Pessoa apontasse que todos aqueles grandes nomes, assim como toda a nação portuguesa, nada seriam sem ter quem os colocasse sob a forma de poemas, mesmo que esses poemas jamais vissem a luz do dia sob a forma de livro. Seria engraçado pensarmos que, nesse único livro publicado, Pessoa deseja compor a imagem de si como ponto de unidade nacional – ele, dono de uma obra tão múltipla e dispersa. Por isso, voltando a Pedro Sepúlveda, destaco sua afirmação de que

as questões da publicação e do planejamento editorial de Fernando Pessoa podem ser vistas como manifestações de um problema fundamental. Esse problema é o da concepção do livro, entendido como suporte ao qual Pessoa sempre associou a ideia de um todo orgânico que seria a expressão de uma obra no seu estado de completude. Esta ideia de livro exerceu sobre todo seu trabalho de escrita uma função de ideal condutor, que corresponderia à apresentação de uma obra liberta do seu caráter lacunar, imperfeito ou fragmentário (Sepúlveda, 2013, p. 40).

Temos, portanto, em *Mensagem* a única realização de livro como “completude” pelo poeta, exceção a confirmar a regra de uma poética caracterizada por ser “lacunar, imperfeita e fragmentária”, mas que – justamente por isso – é tão fascinante e inapreensível. Parece que Pessoa desejou não concluir jamais seus livros, por medo de perder a cerrada busca por um estimulante “ideal condutor” de livro.

O que quero dizer é que se tornou imanente ao gesto soberano da escrita pessoana a incompletude a que

se sujeitou pela recusa em se publicar, em tornar-se público como poeta e escritor. Quando o fez, enunciou seu ato assim: “Screvo meu livro à beira-mágoa”. Até o mais soberano dos heterônimos, o mestre Caeiro, foi incapaz de evitar escrever versos que exprimem incerteza ante a publicação de seus versos em livro, mesmo que com sua conhecida calma e simplicidade:

*Se eu morrer novo,  
Sem poder publicar livro nenhum,  
Sem ver a cara que têm os meus versos em letra impressa,  
Peço que, se se quiserem ralar por minha causa,  
Que não se ralem.  
Se assim acontecer, assim está certo.*

*Mesmo que os meus versos nunca sejam impressos,  
Eles lá terão a sua beleza, se forem belos.  
Mas eles não podem ser belos e ficar por imprimir,  
Porque as raízes podem estar debaixo da terra  
Mas as flores florescem ao ar livre e à vista.  
Tem que ser assim por força. Nada o pode impedir.  
(Pessoa, 2005, p. 94).*

Estes versos pertencem aos *Poemas inconjuntos* de Caeiro e são reveladores do quanto o “descobridor da natureza” também estava exposto à incerteza trágica da vida. Para ser o sujeito soberano da sua vida-escritura, foi preciso também submeter-se às contingências que o dobraram, impondo-lhe o contraditório e incomum desejo de imortalidade em dois momentos: 1) no retorno de certos fonemas em rimas toantes e internas pre-

sentes na segunda estrofe (“vErsos”, “imprEssos”, “bElOs”, “florEscem”, “tErra”), e isso para um autor que disse escrever “a prosa dos meus versos”; 2) quando diz que seus versos “[...] não podem ser belos e ficar por imprimir”, inscrevendo o mesmo desejo que está no retorno do / e / pouco antes. Se os poemas de Caieiro querem exprimir a vida plena do seu autor, se eles querem se confundir com a própria vida de seu autor, recordo que o famoso linguista russo Roman Jakobson conclui seu famoso artigo sobre Pessoa – “Os oximoros dialéticos de Fernando Pessoa” – afirmando que “o princípio arquitetural que governa a expressão poética de Pessoa” é composto das palavras “nada”, “tudo” e “metade”, e que esses “três dramas” são no poeta “variações sobre o mesmo tema” (Jakobson, 2007, p. 176-7). Não é questão aqui de concordar ou discordar da análise do crítico russo, nem de sua conclusão generalizante, mas tão somente constatar que a definição da própria obra por Pessoa passa por uma visão de mundo composta por sentidos extremos e negativos um em relação ao outro.

Por isso a permanente busca de afirmação na obra de Pessoa tem como contraponto – também permanente – a melancolia. Salta aos olhos na obra de Fernando Pessoa como – ao lado de cada sentido de soberania, cada sonho altivo, cada gesto de criação, cada livro planejado – está um afeto triste, um estado de impotência, uma sensação de ausência e um fragmento disperso. Penso nos arquifamosos versos de abertura de “Tabacaria”, do heterônimo Álvaro de Campos, que diz: “Eu

não sou nada. / Nunca serei nada. / Não posso querer ser nada. / A parte disso tenho em mim todos os sonhos do mundo” (Pessoa, 2010, p. 287). Bem como também nos irônicos versos da “Ode marítima”, no seu *mix* de violenta modernidade do engenheiro futurista e de melancólico e decadente saudosismo do marinheiro português, imóvel à beira do cais. De um lado, o sonho encenado pelos furiosos piratas estripando e violentando suas vítimas e soberanamente afirmando que “não era só isto que eu queria ser – era mais do que isto, o Deus-isto!” (Pessoa, 2010, p. 118); de outro lado, a frustrante modernidade “dos sentimentos humanos, tão conviventes e burgueses, / Tão complicadamente simples, tão metafisicamente tristes! / A vida flutuante, diversa, acaba por nos educar no humano. / Pobre gente, pobre gente toda a gente!” (Pessoa, 2010, p. 131). Diria Bataille que para a conquista soberana deve o poeta submeter-se à inutilidade do seu próprio dizer na modernidade, no caso de Pessoa tornar-se um “escritor sem livros”.

Comparado à cultura literária contemporânea, percebe-se aí uma das lições que esse centenário pode nos dar, pois o (quase) ineditismo em livro do poeta durante sua vida contrasta com sua criatividade – criatividade inoperante. Vivemos em um tempo no qual a lógica social se confunde dia a dia com a lógica da visibilidade, comandada não por critérios estéticos ou políticos, mas mercadológicos, posto que também a estética e a política se transformaram em propaganda. A literatura hoje se mede em grande parte por critérios numéricos

de cálculos que quase prescindem das intensidades e incertezas da vida. Resta-nos talvez uma escola acuada pelo mercado na mesma dimensão em que já está o nosso cotidiano estetizado pelo imaginário da publicidade. Por isso a recusa de Pessoa em publicar-se (contingente ou não, pouco importa) e seu preço pago em vida como atos soberanos de resistência ante um aparato de controle e cálculo editorial. Pessoa representa – talvez junto com Rimbaud e Kafka – o mais bem acabado exemplar de *escritor da recusa*, uma família de escritores avessos ao cinismo contemporâneo, apressado em seus gestos de autopromoção e visibilidade, mas esquecido de que, como Pessoa escreveu nos fragmentos do inacabado ensaio *Eróstrato*, “o tempo depressa despacha os que o despacham com pressa” (Pessoa, 1993, 507-8). Quem sabe se não fosse desse fragmento que não se lembrou a poeta Maria Teresa Horta, em 2012, quando se recusou a receber o prêmio D. Dinis das mãos do Primeiro-Ministro de Portugal, Passos Coelho? Tal recusa gerou o cancelamento da cerimônia e pouco depois o fim do próprio prêmio – com mais de 30 anos. Ela, assim como Henry David Thoreau, Herberto Helder, Dalton Trevisan, J. D. Salinger, Maurice Blanchot, Raduan Nassar e Rubem Fonseca são alguns dos membros dessa comunidade que faz da recusa sua potência.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *Poder soberano e vida nua: homo sacer I*. 2 ed. Belo Horizonte: EDUFMG, 2010.

- BATAILLE, Georges. *A experiência interior*. São Paulo: Ática, 1992.
- BATAILLE, Georges. *La souveranaité*. Paris: Ligne, 2012.
- BRÉCHON, Robert. *Fernando Pessoa: estrunho estrangeiro. Uma biografia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- JAKOBSON, Roman. Os oximoros dialéticos de Fernando Pessoa. *Linguística. Poética. Cinema*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- PERLOFF, Marjorie. *O momento futurista*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- PESSOA, Fernando. Eróstrato. *Obra em prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1993.
- PESSOA, Fernando. *Mensagem / Poemas esotéricos*. Ed. crítica coord. José Augusto Seabra. Madrid: ALLCA XX, (Col. Archives), 1997.
- PESSOA, Fernando. *O livro do desassossego*. Ed. Richard Zenith. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- PESSOA, Fernando. *Poemas de Álvaro de Campos*. Ed. Teresa Rita Lopes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- PESSOA, Fernando. *Poesia completa de Alberto Caeiro*. Ed. Fernando Cabral Martins e Richard Zenith. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SEPÚLVEDA, Pedro. *Os livros de Fernando Pessoa*. Lisboa: Ática, 2013.

# ORPHEU EM PESSOA

Cid Seixas e Adriano Eysen  
organizaram este volume a partir  
dos trabalhos apresentados ao  
Simpósio Internacional 100 anos da Revista *Orpheu*:  
Fernando Pessoa e as Poéticas da Modernidade.

Com este livro,  
mais um grupo de estudiosos  
brasileiros e estrangeiros  
integra-se ao esforço reazidado  
no processo de consolidação  
da Editora Universitária do Livro Digital,  
empreendimento destinado a oferecer  
à comunidade publicações de real valor  
e acesso inteiramente gratuito.

Um trabalho com o selo de qualidade

**e-book.br**